

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940

Aldemir Barbosa da SILVA¹

Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar os manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940. Nas primeiras décadas republicanas, a influência do positivismo, liberalismo e laicismo na organização sócio-política-cultural tem impacto sobre a (re)organização do currículo oficial do ensino secundário, provocando o distanciamento das humanidades. Mas articulações católicas no campo político-educacional e o predomínio de tais instituições tradicionais apontam seu *status quo* no governo e o poder editorial das letras católicas na formação da nação. A problematização das fontes e dos documentos na investigação permite adotar o método documental/bibliográfico. Nesse contexto, abordar aspectos do currículo oficial e a autorização dos manuais pelo governo possibilita evidenciar a presença nos manuais escolares jesuítas *Filosofia*, do Pe. José Castro Nery S.J., e *Noções de História da Filosofia*, do líder intelectual católico Pe. Leonel Franca S.J., na formação da nação.

Palavras-chave: Cultura católica. Filosofia. História da educação. Jesuítas. Manuais escolares.

¹ Doutor e mestre em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina. Professor da Secretaria de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina. <https://orcid.org/0000-0003-2030-221X>. E-mail: maquiavel.sc@hotmail.com.

Jesuit philosophy textbooks authorized by the National Textbook Commission in the 1940s

Aldemir Barbosa da SILVA

Abstract

The article aims to present the jesuit philosophy textbooks that were authorized by the National Textbook Commission in the 1940s. In the first republican decades, the influence of positivism, liberalism and laicism in the socio-political-cultural organization had an impact on the (re)organization of the official curriculum of secondary education, causing the distancing of the humanities. But the catholic articulations in the educational political field and the predominance of such traditional institutions point out their *status quo* in the government and the editorial power of catholic letters in the formation of the nation. The problematization of sources and documents in the investigation allows us to adopt the documentary/bibliographic method. In this context, approaching aspects of the official curriculum and the authorization of the textbooks by the government, made it possible to evidence the presence in the jesuit school textbooks *Philosophy*, by Fr. José Castro Nery S.J., and *Notions of the History of Philosophy*, by the catholic intellectual leader Fr. Leonel Franca S.J., in the formation of the nation.

Keywords: Catholic culture. Philosophy. History of education. Jesuits. Textbooks.

Manuales escolares jesuítas de filosofía autorizados por la Comisión Nacional de Libros de Texto en la década de 1940

Aldemir Barbosa da SILVA

Resumen

El artículo tiene como objetivo presentar los manuales escolares jesuitas de filosofía que fueron autorizados por la Comisión Nacional de Libros de Texto en la década de 1940. En las primeras décadas republicanas, la influencia del positivismo, el liberalismo y el laicismo en la organización socio-política-cultural incidió en la (re)organización del currículo oficial de la educación secundaria, provocando el distanciamiento de las humanidades. Pero las articulaciones católicas en el campo político-educativo y el predominio de tales instituciones tradicionales, apuntan a su statu quo en el gobierno y al poder editorial de las letras católicas en la formación de la nación. El cuestionamiento de fuentes y documentos en la investigación posibilita adoptar el método documental/bibliográfico. En este contexto, abordar aspectos del currículo oficial y la autorización de los manuales por parte del gobierno, permite destacar la presencia en los manuales escolares jesuitas de: Filosofía del p. José Castro Nery S. J., y Nociones de Historia de la Filosofía del líder intelectual católico Fr. Leonel Franca S.J., en la formación de la nación.

Palabras clave: Cultura católica. Filosofía. Historia de la Educación. Jesuitas. Manuales escolares.

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940

Introdução

Nas primeiras legislações educacionais republicanas, a representação da tendência política do positivismo, liberalismo e laicismo influencia a (re)organização do currículo oficial no ensino secundário ao proporcionar uma formação profissional nas instituições tradicionais (católicas, militares e laicas), com impactos na configuração do ensino de humanidades no período.

Para Chartier (2011, p. 17), no sentido político e jurídico, essa representação é “ocupar o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade”. Tal relação de poder emanada pelas tendências políticas no período possibilita intervenções na estrutura do país, com projeções que impactam de forma significativa na formação da nação.

Esse cenário de instabilidade para a tradição católica no ensino é primordial para a ascensão de intelectuais católicos no campo político-educacional (década de 1920) entre os órgãos, associações e ligas católicas, com extensão nos aparatos estatais (educação). Nesse viés, a atuação de tais intelectuais na Associação Brasileira de Educação (ABE)² fortalece a representação das tendências educacionais – tradicionais e renovadoras – ao demarcar um campo importante aos debates educacionais do país.

Até o fim da década de 1920, o predomínio das instituições tradicionais católicas evidencia uma relação de poder das ordens religiosas no ensino, sendo tal espaço privilegiado para engajar docentes nos órgãos de militância católica³ e fortalecer a projeção autoral nas letras católicas – livros pedagógicos, manuais escolares, revistas, jornais, boletins e outros.

A presença das letras católicas nas instituições tradicionais aponta para a representação da cultura católica na formação da elite – intelectual/dirigente – e sinaliza uma relação intrínseca entre a Igreja Católica e o Estado (década de 1930). Entre as intencionalidades, destacam-se a oposição ao comunismo, o pacto nos projetos de nacionalização e a aprovação das emendas religiosas. Para Chartier (2011, p. 17), representação é a

imagem que remete à ideia e à memória os objetos ausentes, e que nos apresenta tais como são. Nesse primeiro sentido, a representação nos permite ver o ‘objeto ausente’

² Nos anos 1920, era a principal instância de articulação do chamado movimento de renovação educacional do Brasil. Nela se congregaram, numa mesma campanha pela ‘causa cívico-educacional’, grupo de educadores que iriam se antagonizar mais tarde, após a Revolução de 1930, quando, numa conjuntura de crescimento do aparato estatal e de disputa por hegemonia política, a luta pelo controle do aparelho escolar tornou-se, para os referidos grupos, central (CARVALHO, 2003, p. 89).

³ Associação dos Professores Católicos (APCs), Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), Ação Católica Brasileira (ACB) e outros.

(coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de representá-lo adequadamente.

A representação católica nas políticas educacionais instituídas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública sinaliza alianças pelo retorno da disciplina escolar de ensino religioso, a elevação das instituições de ensino superior (faculdade/universidade) e a posição de membros católicos nos aparatos estatais⁴ – Conselho Nacional de Educação (CNE), Comissão Nacional de Censura Cinematográfica (CNCC), Comissão Censitária Nacional (CCN), Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) e outros.

Os aparatos estatais direcionados à educação sinalizam uma posição estratégica do governo, sendo a CNLD, fundada em 1938, responsável por fiscalizar questões de cunho político-ideológico e técnico-científico, autorizar e universalizar a presença dos manuais escolares – nacionais e estrangeiros – entre as instituições tradicionais do país.

Para Choppin (2002, p. 10), os manuais escolares “aparecem essencialmente como instrumentos poderosos da constituição identitária dos Estados Modernos” e o estudo histórico de tais objetos escolares permite reconhecer quatro funções essenciais: a referencial; a instrumental; a ideológica e cultural; e a documental.

Nesse caso, a função ideológica e cultural, em consonância à CNLD, demarca a representação do governo sobre a formação da nação, sendo a fiscalização de específicos impressos (manuais escolares) um instrumento de poder primordial de controle dos processos de caráter técnico-científico e político-ideológico em prol da supremacia nacional.

Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político (CHOPPIN, 2004, p. 553).

A função ideológica e cultural sinaliza uma relação de poder da palavra (impressa) nos manuais escolares, com significativa influência na organização dos saberes que constituem o desenvolvimento

⁴ Entre 1930 e 1945, o processo de centralização autoritário [...] esteve ancorado na constituição de um aparato burocrático que prestou uma contribuição própria ao sistema de poder então vigente. Esse trabalho de construção institucional determinou a abertura de ministérios – Educação e Saúde Pública (1930), Trabalho, Indústria e Comércio (1930), Aeronáutica (1941) – e de uma série de organismos vinculados em linha direta à Presidência da República (MICELI, 2001, p. 199).

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940 sócio-político-cultural das gerações. Nesse sentido, os manuais jesuítas de filosofia que foram autorizados pela CNLD sinalizam a permanência de traços da cultura católica na formação da nação.

Assim, o (re)posicionar das letras católicas nas primeiras décadas do governo republicano assinala um conjunto de estratégias dos intelectuais, que são intensificadas pela manutenção do poder entre a Igreja Católica e o Estado. Para Certeau (2008, p. 102), as estratégias são

portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros.

Nesse viés, a ação apostólica de Dom Sebastião Leme (Carta Pastoral, em 1916)⁵ aponta o engajar de intelectuais católicos no campo sócio-político-cultural. A presença nas letras católicas permite fortalecer a representação da pedagogia tradicional, com o (re)posicionar dos autores (católicos) de manuais escolares no campo editorial, sendo necessária a manutenção da relação de poder da cultura católica.

Para tanto, a análise documental e bibliográfica desenvolvida no artigo possibilita a seguinte estruturação: na primeira parte, aponta aspectos que evidenciam a disciplina escolar de filosofia na legislação educacional do ensino secundário; na segunda, indica a posição do manual *Filosofia*, do Pe. José Castro Nery S.J., entre as primeiras autorizações da CNLD; e, por fim, na terceira, mostra a presença do manual *Noções de História da Filosofia*, do líder eclesiástico Pe. Leonel Franca S.J., em prol da restauração católica.

A filosofia na legislação educacional republicana

Na trajetória das legislações educacionais republicanas, há influência das tendências do positivismo, liberalismo e laicismo, que sinalizam articulações anticatólicas no Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, que desvincula o *status quo* de religião oficial do Estado. O impacto da restrição

⁵ A Reação Católica, direcionada pela cúpula eclesiástica, tem início em 1916, com a publicação da carta pastoral de D. Sebastião Leme, nomeado arcebispo metropolitano de Olinda e Recife. [...] A elite é chamada a reverter-se aos princípios do catolicismo sob o lema “saneamento dos saneadores”, tendo a missão de difundir na massa. A fundação da revista A Ordem e do Centro D. Vital, por Jackson de Figueiredo, anuncia novos tempos para a Igreja, que, através da mobilização do elemento leigo, procura impor-se como força social significativa (VELLOSO, 1978, p. 121).

sobre o apostolado educacional católico sinaliza os avanços do laicismo (currículo) pela ausência das disciplinas escolares⁶ de filosofia e ensino religioso.

Essa posição educacional republicana dá-se na Reforma Benjamim Constant (Decreto nº 981, de 08/12/1890), na regulamentação da instrução primária e secundária, em oposição ao modelo de formação de humanidades vigente. Como consequência, institui-se um modelo de ensino que repercute na reorganização estrutural do currículo oficial (ausência da filosofia – o reducionismo de saberes primordiais, sinalizando uma estratégia para conter a influência da renascença neoescolástica⁷) entre as instituições tradicionais.

No entanto, a Reforma de Instrução Pública do Estado de São Paulo (Lei nº 88, de 08/09/1892) aponta para o reposicionar da disciplina escolar de filosofia na formação entre os cursos secundários e científicos como sinal de conflitos e disputas no campo político-educacional estadual e federal nos primeiros anos republicanos.

No que diz respeito ao ensino da filosofia em qualquer dos graus de ensino, secundário ou superior, nenhuma alteração radical pode ser observada, de imediato, com a implantação da República. Mantém-se a cadeira no Colégio Pedro II e nenhuma providência é tomada no plano universitário que denote mudança de orientação pedagógica (MORAES FILHO, 1952, p. 11).

Nas primeiras décadas do século XX, a Reforma Epitácio Pessoa (Decreto nº 3.890, de 01/01/1901) intensifica a formação profissional nos moldes do positivismo (foco na ideologia dominante) no ensino secundário e superior, mantendo as orientações anticatólicas. Na vigência dessa legislação, dá-se a fundação da Faculdade de São Bento, em 1908, considerada a primeira Faculdade de Filosofia do país, integrada à Universidade Católica de Louvain (Bélgica), sendo essa uma estratégia católica no período.

Depois, a Reforma Rivadávia Corrêa (Decreto nº 8.659, de 05/04/1911), a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, mostra que no Colégio Pedro II deve se ensinar as disciplinas do curso fundamental com foco no ensino literário e científico. Para Moraes Filho (1952, p. 12), “surpreendentemente, não se encontra aí a cadeira de filosofia no currículo do Pedro II, colégio oficial”. No entanto, na Reforma Carlos Maximiliano (Decreto nº 11.530, de 18/03/1915), na

⁶ A noção de disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas na história cultural (CHERVEL, 1990, p. 184).

⁷ É uma corrente de pensamento católico bastante influente no Brasil a partir da década de 40, com a chegada de vários pensadores europeus desta linha para colaborar na implantação de cursos de filosofia, principalmente no Rio e em São Paulo. Jackson de Figueiredo, Gustavo Corção e Alceu de Amoroso Lima são nomes representativos desta corrente (JAPIASSU e MARCONDES, 1996, p. 107).

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940 reorganização do ensino secundário e superior, o ensino de filosofia consta na modalidade de curso facultativo.

O predomínio dos moldes educacionais pela tendência do positivismo demonstra as inclinações do currículo oficial do ensino secundário (profissional em oposição ao humanístico). Mas a influência dos intelectuais católicos na década de 1920 tem impacto no campo político-educacional, com reflexos na Reforma Rocha Vaz (Decreto-lei nº 16.782 – A, de 13/01/1925), que, ao reorganizar a legislação do ensino primário, secundário e superior, posiciona entre as alterações do currículo oficial o retorno de filosofia como disciplina obrigatória.

Art. 48º. O conjunto de estudos do curso secundário integral compreende as seguintes matérias: – português, francês e latim, obrigatórias, inglês, ou alemão, a escolha do aluno, espanhol e italiano, facultativas, observado o disposto no parágrafo seguinte, instrução moral e cívica, geographia, álgebra, geometria e trigonometria, história universal e do Brasil, physica, chimica e história natural, philosophia e história natural, philosophia e história da philosophia, literatura da língua brasileira e das línguas latinas, e sociologia (BRASIL, 1925, p. 8541).

O ensino de filosofia retorna às instituições tradicionais e os fundamentos teórico-filosóficos passam a ocupar espaços privilegiados para a formação da nação. Nesse caso, a presença do professor de filosofia no ensino secundário rompe com um cenário de ausência de noções filosóficas e restabelece os fundamentos primordiais: teoria do conhecimento, lógica, ética, epistemologia, política, metafísica e outros.

Na década de 1930, com a fundação do Ministério da Educação e Saúde Pública, entre articulações da ala conservadora católica e o governo, assume o cargo de Primeiro Ministro o reformador Francisco Campos (Minas Gerais), instituindo medidas no ensino superior⁸ e secundário do país.

Na ocasião, a posição da política educacional permite à Reforma Francisco Campos (Decreto-lei nº 19.890, de 18/04/1931) expor a organização do ensino secundário pelos cursos seriados: fundamental e complementar⁹ – espaço à disciplina escolar de história da filosofia como pré-requisito aos candidatos à matrícula no curso jurídico.

⁸ Em 1931, entre as restrições para fundação de uma universidade, consta a existência mínima de três unidades de ensino superior no processo, sendo possível aglutinar as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia ou substituir uma das citadas pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

⁹ Art. 4º. O curso complementar, obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais, e compreenderá as seguintes matérias: [...], História da Philosophia (BRASIL, 1931, p. 6945).

Nos mandatos dos Ministros Washington Pires (1932-1933) e Gustavo Capanema (1934-1945) é criada uma rede de autarquias, conselhos, departamentos e comissões especiais no Ministério da Educação e Saúde. Nesse contexto, a posição estratégica do aparato estatal – Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)¹⁰ – permite intensificar a representação do governo federal sobre os manuais que iriam compor o ensino nas escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias em toda a República. A Reforma Francisco Campos determina que:

A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas preprimárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República (BRASIL, 1938, p. 277).

E, por fim, a Reforma Gustavo Capanema (Decreto nº 4.244, de 09/04/1942), a Lei Orgânica do Ensino Secundário, é organizada pela divisão: ciclo ginásial, com duração de quatro anos, entre as áreas de Línguas, Ciências e Artes; e ciclo colegial, com duração de três anos, entre as áreas de Línguas, Artes, Ciências e Filosofia.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências (BRASIL, 1942a, p. 5798).

Em 1946, foi publicado pelo Diário Oficial (Portaria nº 19, de 12/01/1946) o Programa de Filosofia para o curso colegial científico (2ª e 3ª séries) e clássico (3ª série), que seleciona os temas filosóficos (introdução; noções de psicologia; noções de lógica; noções de moral; noções de estética; noções de metafísica; e noções de história da filosofia) entre as séries de cada curso e após as instruções metodológicas. Nesse caso, a consolidação do ensino de filosofia acontece na (re)estruturação do curso secundário.

A filosofia aparece como coroamento e todo o curso secundário: visa a integração de conhecimentos, e a síntese deles. E', assim, disciplina eminentemente formativa, mais do que cabedal de informações. Se é certo que não se torna possível separar, de todo, a “formação” da “informação”, cada um desses aspectos, no trabalho educativo, vive do outro, não se esqueça o professor de que a filosofia advirá de

¹⁰ A primeira sessão ordinária foi prorrogada diversas vezes, porém, foi realizada em 14/01/1941, pelos então eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, Euclides Roxo e Pe. Leonel Franca S.J., e os membros da CNLD, que constatarem os inúmeros processos em andamentos, com a eminente necessidade de simplificar o processo de julgamento dos manuais escolares e a contratação de mais pareceristas, pois não seria possível em tempo hábil realizar os pareceres, conforme o Decreto-lei nº 1.006, de 30/12/1938, sendo publicada a primeira lista dos manuais autorizados em 1942 (FILGUEIRAS, 2013).

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940

todos os conhecimentos do curso, a serem agora revistos em suas mais profundas influências (BRASIL, 1946, p. 853).

A partir dessa estrutura de formação filosófica no ensino secundário, expõe-se um panorama de estudos que permite inter cruzar as questões e os sistemas filosóficos entre as “noções” dos específicos temas, com foco na compreensão geral dos principais problemas filosóficos no processo de formação intelectual, cultural e moral.

Na trajetória do ensino de filosofia nas primeiras décadas republicanas, as legislações educacionais (estaduais) apontam sinais de uma relação de poder divergente do currículo oficial nacional, pois na legislação educacional paulistana o ensino de filosofia não foi interrompido. As instituições tradicionais – católicas, militares e leigas –, em especial as administradas pelas ordens religiosas – jesuítas, beneditinos, franciscanos e outros – conservam no currículo as humanidades.

Enfim, na década de 1940, são publicados nas listas de manuais autorizados pela CNLD, no Diário Oficial da União (DOU)¹¹, específicos nove títulos de filosofia que apontam o predomínio de autores católicos (sete títulos) e das editoras nacionais. Em destaque, os autores da ordem jesuíta – constam dois títulos e uma reedição, além da tradução de dois títulos de jesuítas franceses pelos beneditinos, ou seja, os manuais jesuítas autorizados alcançam representação na formação da nação.

Manual *Filosofia* - Pe. José de Castro Nery S.J.

O primeiro manual escolar de filosofia autorizado pela CNLD é do autor Pe. José de Castro Nery S.J. – catedrático de filosofia no ginásio do Estado/SP e assistente eclesiástico do CDV/SP –, organizado por temas filosóficos em acordo com o Programa de Filosofia no Ginásio Pedro II, sendo intitulado: *Filosofia*, 3ª ed., São Paulo: Editora Nacional¹², 1934. A publicação ocorre pelo Boletim 138, no DOU, com a seguinte redação:

Secretaria Geral de Educação e Cultura. Boletim N. 138. Expediente do dia 3 de julho de 1942. Comissão de Livros. Livros Examinados nos meses de janeiro a maio de 1942. Livros julgados – 31; Livros aprovados – 23; Livros impugnados – 8. Relação dos livros aprovados (Autor – Obra – Editor - Data).

¹¹ Os autores foram: Pe. José Castro Nery S.J.; Pe. Leonel Franca S.J.; D. Ludgero Jasper O.S.B. (tradução francesa – dois manuais); e Ir. Isidoro Dumont; Leonardo Van Acker; Henrique Geenen; Jonathas Serrano; José B. Ribeiro e José da Silva (edição portuguesa).

¹² A Companhia Editora Nacional foi responsável pelas respectivas três edições (1931, 1932 e 1934) deste livro didático, sendo considerada a principal representante dos impressos católicos no período.

[...] Nery. P. I. de Castro – Filosofia – Edit. Nacional – 1943. [...] Rio de Janeiro, 5 de julho de 1942 – A comissão (BRASIL, 1942b, p. 4658).

A posição dos manuais autorizados pela CNLD aponta o pioneirismo das políticas educacionais federais ao possibilitar a fiscalização de itens primordiais¹³ que sinalizam as preocupações político-ideológicas (art. 20 – não poderá ser autorizado o uso do livro didático), seguido pelas questões técnico-científicas (art. 21 – será ainda negada a utilização do livro didático). Nesse caso, permite intensificar a presença do governo republicano sobre os manuais adotados nas escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias.

Nas primeiras décadas republicanas, os jesuítas têm posição privilegiada na administração das instituições tradicionais do ensino secundário no país, sendo possível organizar a formação de uma elite católica (intelectual/dirigente), com sua extensão no ensino superior, munida de uma legião de professores que atuam no campo sócio-político-cultural, como a representação de tais autores nos impressos educacionais.

Nesse viés, a autorização do manual escolar *Filosofia*, 3ª edição (1934)¹⁴, do Pe. Castro Nery S.J., sinaliza uma relação intrínseca das letras católicas na formação da nação, pois, antes de percorrer os trâmites da CNLD, é submetido ao crivo dos censores eclesiásticos, conforme orientações do Direito Canônico. No verso da primeira página do manual, constam as inscrições: *Nihil Obstat* (nada consta), proferida pelo Pe. Ernesto de Paula; e *Imprimi Potest* (pode ser impresso), expressa pelo Mons. Gastão L. Pinto V.G., apontando a autorização dos respectivos censores católicos.

A representação no campo editorial do autor Pe. Castro Nery S.J. é demonstrada entre as seguintes obras (filosófica, didática e apologética): *O problema sceptico à entrada da gnoseologia Bergson* (1929); *O problema do conhecimento* (1932); *Programa de ação católica* (1933); *Evolução do pensamento antigo* (1936); e *Filosofia* (1931 e edições). E também os artigos: *Estudo sobre a psychologia forense no Brasil* (1931); *Possessão, histeria e êxtase* (1933); e *A evolução do*

¹³ Os critérios de eliminação procuravam estabelecer regras que fortalecessem a ideia de unidade – do Estado e da Nação –, com a defesa das tradições nacionais, da família, da religião e contra a luta das classes sociais. Tais orientações expõem a influência das ideias defendidas na época, em especial pelas forças armadas e pela Igreja Católica, na política do livro escolar (FILGUEIRAS, 2011, p. 23).

¹⁴ A terceira edição deste sumário aparece aos estudantes com duas modificações: ela foi sensivelmente aumentada no volume de suas páginas e claramente alterada na fisionomia de suas palavras; deveu-se o acréscimo de informações às vontades insistentes do editor e autor, bem como às sugestões amigas que lhes chegaram de diversos pontos do país. Mas, não se pensou em destruir a estrutura íntima do opúsculo e a sua feição propositalmente elementar. A simplificação na grafia das palavras procurou obedecer ao decreto do Governo que a exigiu para os livros escolares. É claro que, neste particular, as dificuldades técnicas não foram somenos e, com muita probabilidade, sempre vencidas. C. N. São Paulo, janeiro de 1933 (NERY, 1934, p. 7).

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940 *pensamento antigo, sua physionomia e suas conclusões* (1935) no principal periódico da intelectualidade católica, a revista *A Ordem/RJ*.

Entre os periódicos (década de 1930) que apontam referência ao manual escolar do autor jesuíta, constam: *O Jornal/RJ – Aos Collegios. Seção Novos Livros Escolares* (1931) e *Seção Literatura Philosophica*¹⁵ (crítica literária, com menção ao manual), por Leopoldo Aires (1936); *A Ordem/RJ – Seção Edições de 1931*; *Correio da Manhã/RJ – Novidades Literárias. Seção Livros Escolares* (1932); *O Estado/SC – Bibliotheca Pedagógica Brasileira. Seção Outros Livros. Secundário* (1933); e outros.

No campo editorial, o consumo dos manuais escolares intensifica a produção, circulação e uso dos impressos, sendo estratégico às editoras publicarem a atualização de suas listas (obras científicas ou literárias, manuais escolares, livros pedagógicos e outros) entre os periódicos. Nesse caso, a Companhia Editora Nacional, seguindo a tendência editorial no período, expõe entre suas listas o manual de filosofia jesuíta:

Conego Castro Nery. Manual de philosophia. 2ª edição – O autor é cathedratico de philosophia do Gymnasio do Estado de Campinas. Contém esse volume todo o programma do Collegio Pedro II para o ensino de Philosophia. Livro bem aceito em todos os collegios e frequentemente recommendado pelos professores da matéria (CORREIO DA MANHÃ, 1932, p. 5).

Esse manual escolar jesuíta aponta um instrumento estratégico católico por expor de forma genuína os saberes filosóficos, com precisas informações de estudos entre os conteúdos primordiais para a disciplina escolar de filosofia. Na estrutura metodológica e epistemológica dos capítulos (sem espaço para anotações ou exercícios), a posição das notas de rodapé (156) sinaliza um arsenal de conceitos que solidificam argumentações dos capítulos (obras clássicas), como artigos e obras de intelectuais católicos¹⁶.

A partir dos traços da materialidade nas primeiras páginas, constam informações editoriais do manual (autor, título, editora, edição, ano), como: os censores eclesiásticos; prefácio da 1ª e da 3ª edição (1930 e 1933); índice analítico (especificidades dos capítulos); programa de filosofia do

¹⁵ Menção à importância dos livros e compêndios dos mestres jesuítas Castro Nery e Leonel Franca ao ensino secundário e superior. Tais autores são reconhecidos pela erudição na produção do pensamento filosófico de Santo Tomás de Aquino e compõem a literatura filosófica do país (AIRES, 1936).

¹⁶ Em destaque, o pensador católico francês Jacques Maritain, o líder eclesiástico Pe. Leonel Franca S.J., o líder da intelectualidade católica Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima) e outros.

Ginásio Pedro II (40 pontos); conselho para o estudante de filosofia (dez artigos); abreviações (vg = *verbi gratia*, por exemplo; ie = isto é); a visão do ser (breve texto); e a ontologia (cinco pontos).

Na estrutura central, o rigor metodológico pelo autor posiciona sete específicos capítulos (temas): Filosofia do Ser Sensível ou Estética (livro I); Filosofia do Ser Inteligente ou Lógica (livro II); Filosofia do Ser Voluntário ou Ética (livro III); Filosofia do Ser Espiritual ou Psicologia (livro IV); Filosofia do Ser Material ou Cosmologia Racional (livro V); Filosofia do Ser Necessário ou Teologia Racional (livro VI); e Filosofia do Ser Enquanto Ser ou Ontologia (livro VII).

No livro IV (mais extenso do manual), algumas páginas são direcionadas à psicologia no Brasil, com menção aos representantes católicos e leigos da psicologia (geral, caracterologia, primitiva, patológica, psiquiátrica, freudiana, transcendental, animal, aplicada e pedagógica). No caso da psicologia pedagógica, sinaliza:

Lourenço Filho, Jônatas Serrano, Noemí Silveira, Sampaio Dória, Afrânio Peixoto, L. Magalhães, Raul Briquet, H. Radecka, H. Antipoff, Plínio Olinto, Anísio Teixeira, Caneiro Junior, Tristão de Ataíde, Leonardo Van Acker, Alexandre Correa, Leonel Franca, S. J., E. Beckheuser, Helder Câmara, Dom X. de Matos, O. S. B., Pedro Anísio (NERY, 1934, p. 127).

E após o primordial epílogo (breve texto), intitulado As ciências metafísicas, tem-se: esquema da filosofia; dicionário (27 páginas); bibliografia – composta por obras (107), dicionários (três) e revistas (11); índice alfabético; e índice onomástico. Entre as menções do manual nos periódicos paulistas, aponta:

Philosophia (Summario e Diccionario) é, declaro autor, um resumo do “programma philosophico para usos dos apressados em vésperas de exame, ou breviário das preleções mais amplas da classe”. Está dividido em sete partes e reúne nas suas 235 páginas licções brasileiras de Esthetica, da Lógica, da Ethica, Psychologia, da Cosmologia racional, da Theologia racional, da Ontologia e mais, um epílogo sobre as sciencias metaphysicas e finalmente o Diccionario de termos philosophicos (A GAZETA, 1932, p. 2).

A posição da imprensa sobre os manuais escolares permite expor uma síntese (breve) do impresso, com indícios de informações intencionais do autor/editora que possibilitam intensificar a relação de produção, circulação e uso de tal impresso ao expor os temas filosóficos que constituem a formação do ensino secundário, sendo um referencial às instituições tradicionais do país.

O manual escolar *Filosofia*, do Pe. José de Castro Nery S.J., é configurado na década de 1930, sendo sua trajetória no campo editorial estendida à década de 1940, após autorização pela CNLD, fato que sinaliza uma relação de poder estratégica pelas letras católicas em acordo com o rigor

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940 metodológico e epistemológico na avaliação, seguida pelas correções e atualizações dos saberes de filosofia pelo autor.

Manual *Noções de História da Filosofia* - Pe. Leonel Franca S.J.

O manual escolar *Noções de História da Filosofia*, do autor Pe. Leonel Franca S.J., tem sua 1ª edição em 1918, configurando um instrumento em oposição aos avanços das tendências filosóficas anticatólicas (materialismo, positivismo, existencialismo e outros). E, na estrutura do impresso, o apêndice sobre a oportunidade e importância da renascença escolástica no século XIX, sendo considerado pelos críticos do período uma produção de magistral erudição do autor jesuíta, direcionado às instituições tradicionais (ensino secundário e superior).

A *Historia da Philosophia* do padre Leonel Franca S. J., é um obra de mérito, elaborada com escrupuloso e accurado estudo dos systemas philosophicos de sabor vário, que desde os começos das cultura clássica greco-romana até os nossos dias têm buscado a explicação do universo e as razões de ser (se as há), da vida e do destino humana. [...] A crítica do agnóstico é sempre difícil para os espiritualistas da feição do padre Franca; mas a este livro dão realce os propostos de imparcialidade e o cuidado de exatidão no exame das doutrinas. É admirável a serenidade do crítico. [...] Um livro considerado de grande proveito e certamente, digno de estima (RIBEIRO, 1919, p. 5).

Nesse caso, a crítica literária no periódico *O Imparcial/RJ* sinaliza a representação do manual na literatura filosófica brasileira, como a relação do autor/crítico na organização da história da filosofia. Enaltece ainda a posição em prol do movimento da renascença escolástica no século XIX, como posicionar tais concepções no cenário acadêmico ao expor uma extensa lista (em construção) dos departamentos de filosofia, pensadores, obras e periódicos (Itália, França, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Espanha e Portugal) inclinados a essa tendência filosófica.

As discussões sobre a filosofia espiritualista no século XIX compõem um subtítulo do capítulo *Filosofia Moderna*, sendo configurado pelos temas ecletismo, tradicionalismo, ontologismo e filosofia neoescolástica. O autor jesuíta sinaliza os indícios da Reação Católica, iniciado pela Encíclica *Aeterni Patris* (1879), do Papa Pio XII, em prol da restauração da filosofia cristã, conforme a doutrina de Santo Tomás de Aquino.

Assim, a projeção no manual aponta as produções centrais em torno da filosofia cristã, como as inclinações das tendências filosóficas anticatólicas e a repercussão dessa Encíclica (1879) na

formação de uma legião de autores (filosofia, psicologia, direito, teologia, medicina, sociologia e outros) pelo reposicionar das letras católicas em prol dos grandes mestres da escolástica.

Leão XIII, com a intuição profundamente genial das necessidades do tempo que tanto lhe caracterizou os atos, na Encíclica *Aeterni Patris* (4 de agosto de 1879), veio, com todo o peso de sua autoridade de chefe supremo da Igreja, exortar a todos os filósofos cristãos a voltarem sinceramente ao estudo dos grandes mestres da escolástica e, particularmente, do príncipe deles S. Tomás de Aquino (FRANCA, 1944, p. 278).

Na trajetória do manual, ocorrem alterações primordiais na estrutura, com a 2ª edição, em 1921, com o pioneirismo do autor no capítulo A Filosofia do Brasil, que permite ser considerada uma produção magistral pela exposição das correntes filosóficas no país (espiritualista, positivista e materialista) e pelo rigor epistemológico nos itens pensadores, escolas, princípios, doutrinas, críticas, obras, compêndios e outros. Depois, o subcapítulo, intitulado: Pansiquismo Panteísta. Farias Brito (uma estrutura que expõe os temas: filosofia e ciência, metafísica, finalidade do mundo e moral como a relação entre filosofia, moral e religião e, na sequência, críticas do autor jesuíta sobre as inclinações do pensador). Tal (re)organização do manual escolar tem reflexos na crítica literária do período.

1921, nos apresenta a segunda edição, revista e argumentada, da obra importante do P. Leonel Franca S. J. [...] Aquilo que produzimos no ramo de philosophia, o autor o perlustrou, por uma inspiração felicíssima, num capítulo próprio de mais de 100 páginas, enchendo dest' arte uma triste e sentidíssima lacuna. Por isto devemos dar a esta obra do ilustrado jesuíta o qualificado lisonjeiro de único e, portanto, incomparável. O methodo e a divisão da obra primam pela clareza da maneira que não precisa receiar o confronto com os melhores compêndios de origem estrangeira. Para o bem da sciencia brasileira (FIEME, 1922, p. 283).

No período, é expressiva a repercussão na crítica literária pelos periódicos cariocas *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, *Vozes de Petrópolis*, *O Dia*, *A Ordem*, *Gazeta de Notícias*, entre outros, sinalizando a erudição filosófica do autor (organização de tais correntes filosóficas no país) como indício estratégico das letras católicas sobre o poder da palavra impressa em prol das tendências filosóficas que estejam em consonância com a filosofia católica.

No entanto, a última alteração do manual, pela 6ª edição, em 1940, além das indicações bibliográficas, revisões e publicações recentes, aponta um novo capítulo: Filosofia Contemporânea, organizado entre as tendências filosóficas do pragmatismo, idealismo, fenomenologia e neoescolástica. Entre as edições do manual, o autor procura atualizar as produções/discussões das tendências filosóficas, sendo reconhecido pelos críticos literários.

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940

Entre os grandes e ilustrados espíritos com que contamos, nos tempos contemporâneos, urge incluir (sempre que se fizer um balanço honesto dos nossos recursos de cultura) o Revmo. Padre Leonel Franca. [...] Este livro é das obras primaciais com que contribui para o enriquecimento das nossas letras. O fato de ter atingido a 9ª edição é, de si mesmo, expressivo da validade dela e da repercussão que acho no selo do nosso público (NEVES, 1943, p. 6).

A posição estratégica desse manual escolar no campo editorial aponta atualizações primordiais para o ensino de filosofia, bem como aproxima uma relação de discussões entre as tendências filosóficas do período e posiciona o movimento que percorre a fundamentação de aportes teóricos da filosofia neoescolástica.

No subcapítulo Filosofia Neoescolástica, aponta a representação dos grandes centros universitários e os pensadores que articulam uma rede de sociabilidade pela reestruturação da literatura neoescolástica na edificação de magníficas coleções, edições críticas, monografias minuciosas, periódicos e manuais que compõem o domínio didático do pensamento pela restauração histórica (reconstrução e orientação doutrinária)¹⁷.

No domínio *didático* já se não contam os textos e manuais de mole desigual, que facilitam uma primeira iniciação no pensamento escolástico. Em *latim*, podem lembra-se os cursos de Cornoldi S. J., Schiffini S. J., Van Der AA., Lahousee S. J., Urraburu S. J., De Maria S. J., Remer S. J., De Mandato S. J., Donat S. J., Boyer S. J., Zigliara O. P., Lepidi O. P., Gredt O. S. B., Reinstadler, Willems, Maquart, o *Cursus Lacensis* Maior de T. Pesche S.J., The Meyer S. J., e o *Cursus ad usum scholarum* de C. Frick S. J., H. Haan S. J., Boedder S. J., Cathrein S. J. Em *francês*, são mais conhecidos o grande Cours de philosophie, 12 vols., de Lovaina, escrito por Mercier, Nys, De wulff, e o Traité élémentaire, resumo do anterior em 2 vols. E os textos de Lahr S. J., Sortais S. J., Castelein S. J., Farges Barbedette, Foulquié, Maritain (apenas iniciado). Em *alemão*, Strochl, Gutberlet, Lehmen S. J., Hagemann, Grimisch O. S. B. Em *inglês*, a Stonyhrst series philosophical, de Jhon Rickaby, Joseph Rickaby S. J., Klarke S. J., Maher S. J., Joyce S. J., Walker S. J. Em *italiano*, Rosignoli; em *espanhol*, Mendive S. J., em *português*, Sinibaldi (FRANCA, 1944, p. 323).

¹⁷ Na orientação doutrinária seguida nem todos os neoescolásticos entendem do mesmo modo a restauração do pensamento medieval. Há um patrimônio comum de teses que constituem o núcleo essencial de todo tomismo. Rejeitá-las fora colocar-se fora do pensamento de S. Tomás. À margem, porém destas teses fundamentais, nervosamente sintetizadas por Sertillanges (*Les grandes thèse de la philosophie thomiste*), outras há, tidas por alguns como essenciais, mas por outros criticadas como acessórias, ou discutíveis ou inaceitáveis. Sobre estas multiplicam-se as divergências. Descurando diferenças individuais menos importantes podem distinguir três direções caracterizadas. Os mais conservadores batem-se por uma restauração literal do que lhe afigura o pensamento tomista, integro, coerente, indivisível. [...] O grupo dos progressistas julgam que o contato com as conquistas da ciência experimental poderá inspirar renovações úteis ou impor revisão de posições antiga. [...] Há ainda uma ala de neotomistas que, em face da filosofia moderna, pensa dever assumir uma atitude menos polemica e mais compreensiva (FRANCA, 1944, p. 325-326).

Nesse caso, os respectivos manuais formam uma lista de produções didáticas (séculos XIX e XX) pelo viés da filosofia escolástica e neoescolástica, nos idiomas: latim (domínio estrito dos autores jesuítas, com raras exceções aos dominicanos, beneditinos e agostinianos); francês (predomínio dos autores leigos, seguidos pelos jesuítas); alemão (simetria entre os autores leigos, jesuítas e beneditinos); inglês (supremacia dos autores jesuítas); e por fim, italiano, espanhol e português (de autores leigos e jesuítas).

A posição estratégica dos manuais escolares de filosofia (autores eclesiásticos) aponta os avanços das letras católicas no campo editorial (didático), orientados pela Encíclica *Aeterni Patris* (1879). Aqui, entre os manuais de filosofia autorizados pela CNLD, consta o predomínio dos autores jesuítas – sendo responsáveis por quatro edições (duas traduções francesas) e uma reedição. Nesse viés, tais manuais percorrem as instituições tradicionais na formação de uma elite católica (intelectual/dirigente).

Os indícios do projeto de restauração no manual do Pe. Leonel Franca S.J. sinalizam a influência filosófica da tendência neotomista pela estruturação dos subtítulos: Filosofia Neoescolástica (nos capítulos Filosofia Moderna e Contemporânea); Encíclica *Aeterni Patris* (1879) – breve menção; Corrente Espiritualista (*A Filosofia no Brasil*); Renascença Escolástica do Século XVI (*Filosofia Medieval*); e o apêndice.

No manual (10ª edição, 1944), os acréscimos da bibliografia (impressa em cada capítulo), bem como das notas de rodapé (enumeradas de 1 a 430) entre indicações de outras referências no corpo do texto, apontam traços do rigor metodológico do autor, mantendo as publicações nos idiomas originais. Tais sinais demonstram um aspecto relevante do *Ratio Studiorum*¹⁸ ao prezarem pelas obras no idioma original, impossibilitando errôneas traduções e inclinações a seitas filosóficas.

A presença do intelectual Pe. Leonel Franca S.J. no projeto de restauração permite atuar no campo editorial com inúmeras publicações entre os periódicos (décadas de 1920 a 1940), resultado da atuação do autor/conferencista entre instituições e órgãos católicos, em eventos que fortalecem as alianças eclesiásticas e governamentais. Entre as produções autorais, constam obras apostólicas, manuais escolares, traduções, prefácios e outras, sendo considerado um representante fidedigno das letras católicas.

¹⁸ *Ratio Studiorum* é o nome abreviado de *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, o plano educacional que a Companhia de Jesus pôs à frente dos seus colégios nas mais variadas partes do globo (da Europa à Ásia, do Japão ao Brasil) (MIRANDA, 2010).

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940

Na trajetória de líder eclesiástico jesuíta (censor) nas principais instituições e órgãos¹⁹ católicos, foi membro de aparatos estatais²⁰, fato que aponta a relação de poder intrínseca do padre jesuíta no campo sócio-político-cultural. Nesse sentido, a formação de uma rede de sociabilidade permite intensificar sua atuação no campo apostólico (militância) na formação e organização do engajamento de intelectuais (eclesiásticos e leigos) em prol dos projetos de restauração.

Na década de 1940, as produções autorais do Pe. Leonel Franca S.J., como as reedições do manual *Noções de História da Filosofia*, sinalizam a influência do intelectual sobre as letras católicas e as articulações primordiais no campo educacional do país, que apontam o avanço da Igreja Católica no ensino superior.

Em relação ao manual escolar do padre jesuíta (vice-presidente da CNLD), ele percorre os trâmites legais vigentes pelo Decreto-lei nº 1.006/38, seguindo as orientações direcionadas aos autores/membros do aparato estatal, que determinam a formação de uma Comissão Especial pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Nesse caso, o processo de tais pareceres e autorização desse específico objeto escolar acontece pelo

Parecer Nº. 320 – Comissão de Ensino Secundário. Comissão de Exames de Livros Didáticos. Solicitado o C. N. E a indicar uma comissão de professores que terá a incumbência de examinar os livros didáticos de autoria dos membros da Comissão do Livro didático, propõe a Comissão de Ensino Secundário a designação dos seguintes professores: [...] Filosofia e História da Filosofia: 1. Álvaro Borges Vieira Pinto. Prof. de História da Filosofia da Faculdade Nacional de filosofia. 2. Guilherme de Azevedo Ribeiro. Prof. de História da Filosofia da Faculdade Católica de filosofia. 3. Murilo Teixeira Leite Penido. Prof. de Psicologia da Faculdade Católica de Filosofia (BRASIL, 1946, p. 2449).

Assim, a autorização do manual *Noções de História da Filosofia*, do Pe. Leonel Franca S.J., sinaliza aos críticos literários uma figura magistral do autor na literatura filosófica do país, como a organização da história da filosofia (representantes do pensamento filosófico no país). Além das

¹⁹ Centro Dom Vital (CDV), Associação dos Professores Católicos (APCs), Sociedade Jurídica Santo Ivo (SJSI), Ação Universitária Católica (AUC), Liga Eleitoral Católica (LEC), Ação Católica Brasileira (ACB) e outros.

²⁰ Ao longo dos anos 30, o Padre Franca ocupou uma série de cargos e funções no âmbito estatal. Desde 1931, foi membro do Conselho Nacional de Educação, nomeado por Getúlio Vargas, função que ocupou durante 17 anos. A partir de janeiro de 1937, pertenceu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo sucessivamente reeleito para representar o campo da religião e também como consultor técnico do Conselho Nacional da Estatística, ligado àquele órgão. Em 1938, foi nomeado para a Comissão censitária Nacional e, em 1939, tomou posse como membro da Comissão Nacional do Livro didático. Após a redemocratização, em 1946, foi empossado no Itamaraty, no posto de Delegado do Governo no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão nacional articulado à Unesco (FÁVERO; BRITTO, 1999, p. 341).

intencionalidades do autor, a posição desse manual na formação da nação demarca uma oposição latente aos autores anticatólicos.

Comissão Nacional do Livro Didático. Para conhecimento dos interessados, publica-se, a seguir, a lista parcial n.º 3 dos livros didáticos julgados como de uso autorizado, por esta Comissão, os quais, como os das demais listas a serem publicadas, serão aquelas que poderão ser adotadas [...]. No próximo ano letivo de 1948, na conformidade do Decreto-Lei n.º 8. 460, de 26 de dezembro de 1945. Ensino secundário. Filosofia. [...] Leonel Franca (Pe.) Noções de História da Filosofia; 8ª edição; 1.050. registro; 1.182.42. processo. – Leonel Franca (Pe.) Noções de História da Filosofia; 10ª edição; 1.080. registro; 85.754.44. processo (BRASIL, 1947, p. 14998).

Nesse caso, a 8ª e a 10ª edição (1942 e 1944) apontam uma longa trajetória do manual e instrumento das letras católicas no projeto de restauração, pois têm posição na literatura filosófica e nas instituições tradicionais. Além das intencionalidades do autor jesuíta, o rigor metodológico e epistemológico sobre a literatura filosófica sinaliza a (re)organização de tais saberes filosóficos em torno da formação da nação.

Considerações finais

Nas primeiras décadas republicanas, o predomínio das instituições tradicionais católicas aponta um espaço privilegiado aos manuais escolares das ordens religiosas. No entanto, a (re)organização do currículo oficial nas reformas educacionais sinaliza os avanços do laicismo sobre o ensino, retirando as disciplinas escolares filosofia e ensino religioso. Mas a rede de sociabilidade dos intelectuais católicos na década de 1920 permite o retorno do ensino de filosofia ao currículo, em prol do projeto de restauração católica pelos autores leigos ou das ordens religiosas (jesuítas, carmelitas, dominicanos, capuchinhos e outros).

Tais disputas no cenário político-educacional demonstram avanços na década de 1930, como o retorno da relação de poder intrínseca entre a Igreja Católica e o Estado em restaurar os laços que fortalecem sua aliança em favor de intencionalidades em comum. A elite dirigente/intelectual católica no país tem forte representação, sendo estratégico ao governo compactuar com as reivindicações e fortalecer sua rede de apoio.

No fim da década de 1930, a fundação da CNLD sinaliza a posição estratégica do governo na fiscalização e autorização de tais objetos escolares (questões de cunho político-ideológico e técnico-científico) em prol dos projetos de nacionalização, como oposição aos focos de comunismo no país.

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940

Os manuais escolares são objetos privilegiados na formação da nação, sendo objetos de intensas disputas no campo editorial – produção, circulação e uso – e apontando características específicas que são identificadas pelas intencionalidades dos autores. Nesse caso, as instituições tradicionais (católicas, militares e leigas) possibilitam o uso de tais manuais (autorizados), permitindo o *status quo* desses objetos escolares católicos na maior parte dessas instituições.

Dos nove manuais escolares de filosofia autorizados pela CNLD na década de 1940, cinco obras são de autores eclesiásticos (jesuítas, beneditinos e maristas), duas são de autores católicos leigos e duas são de autores laicos. Aqui, além dos dois autores jesuítas dessa investigação, as duas obras dos beneditinos são traduções de obras francesas jesuítas, ou seja, há quatro manuais escolares de filosofia jesuítas.

Uma das características intrínsecas dos manuais jesuítas são os indícios do *Ratio Studiorum*, principalmente no ensino de filosofia e teologia. Em especial, as edições do Pe. José de Castro Nery (1934/3ª ed.) e do Pe. Leonel Franca (1942/8ª ed. e 1944/10ª ed.) apontam a representação da formação pelo viés jesuítico, em que as instituições tradicionais conservam o predomínio dos referidos manuais em oposição aos princípios políticos e educacionais do laicismo.

Tais manuais escolares jesuítas de filosofia sinalizam a representação dessa ordem religiosa no campo editorial, com a presença de tais autores intelectuais eclesiásticos em setores estratégicos da sociedade, permitindo intensificar as questões (filosóficas) da renascença escolástica ou (neo)escolástica sob o crivo da filosofia e teologia de Santo Tomás de Aquino e do pensador francês Jacques Maritain, entre outros, em torno do projeto de restauração católica.

Referências

A GAZETA. Três livros do padre dr. Castro Nery. **A Gazeta**. São Paulo. 02 jun. 1932.

AIRES, Leopoldo. Literatura Philosophica. **O Jornal**. Rio de Janeiro. 21 nov. 1936.

BRASIL. **Comissão Nacional do Livro Didático**. Relação dos livros autorizados em 1946. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, p.14998, nov. 1947. Seção I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.** Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jan. 1925. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-norma-pe.html>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 01 de mai. 1931, p. 6945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de abr. 1942a. Seção 1, p. 5798. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.659, de 05 de abril de 1911.** Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/4/1911, p. 3983 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 de mai. 2020.

BRASIL. **Parecer Nº 320.** Comissão do Ensino Secundário. Comissão de Exame de Livros Didáticos. Filosofia e História da Filosofia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, p. 2449, fev. 1946. Seção I.

BRASIL. **Portaria nº 19 de 12/01/1946.** Programa de filosofia para o curso colegial clássico e científico. Diário oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de jan. 1946b. Seção 1, p. 852-954.

BRASIL. **Secretaria Geral de Educação e Cultura.** Boletim 138. Comissão de Livros. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, p. 4658, jul. 1942b. Seção II.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república e outros ensaios.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

Manuais escolares jesuítas de filosofia autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.

Teoria & Educação, n. 2, 1990.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**,

ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, jan./abr. 2009.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel,

Pelotas (11): 5-24. abr. 2002.

CORREIO DA MANHÃ. Livros Escolares. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro. 27 mar. 1932.

FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de**

Educadores no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MEC-Inep, 1999.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro

Didático: **a conformação dos saberes escolares nos anos 1940**. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-

SP, v. 13, n. 1 (31), p. 159-192, jan./abr. 2013.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **O processo de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-**

1984). Tese (doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica PUC/São Paulo, 2011.

FRANCA, Leonel (Pe.). **Noções de História da Filosofia**. 10ª ed. São Paulo: Companhia Editora

Nacional, 1944.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário de Filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 1996.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Margarida. **Código Pedagógico dos Jesuítas**. São Paulo: Esfera do Caos, 2010.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Decimalia – O ensino de filosofia no Brasil**. Rio de Janeiro:

Biblioteca Nacional/MEC, 1959.

NERY, José de Castro (Pe.). **Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

NEVES, Benitto. Livros novos. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 27 jul. 1943.

RIBEIRO, João. Chronica Literaria. **O imparcial**. Rio de Janeiro, 12 mai. 1919.

VELLOSO, Mônica Pimentel. *A Ordem*. Uma revista de doutrina política e cultura católica.

Revista de Ciência Política. V. 21, n. 3, p. 117-160, jul./set. 1978.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 04/06/2021

Aprovado em: 25/07/2022